

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2012





RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2012

ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012	3
ANEXO AO RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012	7
PRESTAÇÃO CONTAS DO EXERCÍCIO 2012	10
Balço Individual	11
Demonstraço Individual de Resultados Por Naturezas	12
Demonstraço de Fluxos de Caixa	13
Anexo às Demonstrações Financeiras	14
Relatório do Conselho Fiscal	20
Certificação Legal de Contas	22

I COBRANÇAS E CONTENCIOSO

1) No ano em apreço, a cobrança de direitos, que constitui o objeto principal da atividade da GDA, continuou a ser prejudicada por circunstâncias que ultrapassam a nossa vontade. Assim:

a) Temos um poder judicial que tarda em responder às nossas expectativas quanto ao pagamento que é exigido aos três operadores televisivos, dívida que ultrapassa os muitos milhões e, é bom recordar, são os artistas os seus credores.

b) Temos um poder político cujo programa de governo garantia a revisão da 'lei de cópia privada', mas dado o facto dela ainda não ter sido promulgada, implica que as respetivas receitas mostrem constante queda.

2) A cobrança proveniente da 'PassMúsica', apesar dos malefícios causados pela crise na área da restauração, pode considerar-se satisfatória.

3) Foi concluído em Maio de 2012 o processo negocial com o grupo Media Capital, abrangendo 7 emissoras de rádio e web-casting.

4) Acórdão importante foi o que saiu do 'Tribunal Arbitral', confirmado pelo Tribunal da Relação, ao dar razão aos argumentos da GDA, relativamente ao contencioso com a PT/MEO que tinha deixado de pagar direitos desde o 2º trimestre de 2011.

5) Continuou o litígio, em fase de julgamento, com as Televisões (que continuam sem pagar) relativamente à fixação de tarifas a partir do ano 2005.

II DISTRIBUIÇÃO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

1) De assinalar que o programa 'Mode', direccionado ao cadastro das obras fonográficas recentes, consolidou e viu aumentado o índice de adesão verificado aquando do seu lançamento em 2011, procedendo-se à distribuição relativa aos anos 2008 e 2009.

2) O sistema de distribuição continuou a merecer particular atenção, quer com a implementação do sistema SGGA (em parceria com a AIE- Espanha), referente aos fonogramas, quer com o sistema THESPIS (em parceria com a AIGE- Espanha), para o audiovisual.

O facto de os prazos para a implementação deste último não terem sido os inicialmente acordados, explica que o pagamento de direitos para os fonogramas se reporte aos

gerados em 2010, enquanto para o audiovisual o ano foi o de 2008.

3) “On-Line Extranet” para Fonogramas:

Iniciaram-se os testes para o Interface via portal Extranet, de acesso fácil a todos os cooperadores e administrados da GDA, por forma a poderem actualizar os seus dados pessoais e procederem facilmente às declarações de repertório. Uma vez que o sistema SGGA se encontra mais adiantado relativamente ao Thespis, esta funcionalidade estará disponível inicialmente para o repertório fonográfico estendendo-se progressivamente a todo o universo gerido pela GDA.

4) Sistemas de identificação:

a) Fonogramas - BMAT:

Foram renegociados os termos do serviço de monitorização contínua das emissões de rádio, passando a ser incluídas as emissões televisivas, assegurando um Relatoramento preciso da informação sobre os canais referenciados pela GDA, que constituirá as “playlists” para o respectivo tratamento na distribuição de Fonogramas.

b) Audiovisual - Marktest:

Foram introduzidas contratualmente melhorias na composição da informação em forma de relatórios anuais para os sete canais de TV e Cabo, objecto de análise, e de um melhor apuramento dos elementos de identificação das obras para as distribuições de direitos audiovisuais.

c) Projecto ISAN (International Standard Audiovisual Number):

A GDA, em conjunto com a GEDIPE, iniciou o estudo das condições de implementação desta plataforma, para que, com base na atribuição de um número único de código internacional às obras Audiovisuais, possamos vir a obter de uma forma mais acessível, não só a informação técnica da obra, mas também o elenco que participou na mesma, tendo em vista a constituição das listas de produções e de co-produções para o respectivo tratamento na distribuição do Audiovisual. Este sistema pode articular-se com o VRDB, de que a GDA já é membro (*ver Cap. III*)

5) Informação em Base de Dados:

a) Normalização dos serviços de regularização das declarações de repertório (processo de revisão cerca de 20.000 declarações de repertório em poder da GDA, detectadas deficiências de introdução/tratamento no sistema informático).

b) Encerramento a 31/12/2012 com um total de 4.327 Cooperadores, que correspondem a um crescimento de 25.16% face ao ano de 2011 (885 novos cooperadores).

III RELAÇÕES INTERNACIONAIS E RECIPROCIDADE

a) A GDA, em colaboração com a AIE, e após madura ponderação, procedeu em 2012 à extinção da GIART (*Groupement International des Artistes, Intérprètes et Executants*).

b) Concomitantemente foi aberto o processo de candidatura para adesão à AEPO-ARTIS (*Association of European Performer's Organisations*).

1. Trabalho jurídico e político

a) Trabalho com o Grupo de Peritos do Comité Legal da AEPO-ARTIS -Início de troca de informações e questionários jurídico/financeiros; estudo e relatório sobre a Proposta de Directiva da EU de regulamentação da Gestão Colectiva e licenciamento multiterritorial de música on-line; estudo internacional comparativo sobre os regimes de Cópia Privada e Fundos Sociais e Culturais.

b) Participação activa no processo de fusão entre a SCAPR (*Societies Council for the Administration of Performer's Rights*), o IPDA (*International Performers Database Association*) e o VRDB (*Virtual Recording Data Base*).

c) Foram celebrados vários contratos de reciprocidade no âmbito da SCAPR e o contrato de representação com a SAG (*Screen Actors Guild - EUA*), de extrema importância para o audiovisual, nomeadamente na determinação da representatividade da GDA junto dos utilizadores.

2. Reciprocidade e Tecnologias de Informação

a) Realização da primeira troca de informação em simultâneo entre 12 sociedades congéneres, o que se traduziu numa troca mais rigorosa de valores para distribuição aos titulares destes direitos.

b) Envolvimento directo e activo em aperfeiçoamentos processuais no IPDA, com melhoria no registo de artistas e repertórios nacionais, assim como na detecção de conflitos internacionais de mandatos.

IV ORGANIZAÇÃO INTERNA, GESTÃO FINANCEIRA E FISCALIDADE

1. Foram operadas melhorias ao nível do funcionamento das áreas administrativa, financeira e técnica, nomeadamente através de regulares acções de formação e da substituição, transferência ou contratação de colaboradores.

2. Não pode deixar de ser salientado o facto da taxa de administração apurada em 2012 (23%) ser inferior à proposta orçamentada em 2011 (39,81%), o se deve não só à cobrança à PT de valores em litígio, mas também à rigorosa contenção de despesas aliada a uma criteriosa política de gestão dos recursos financeiros e humanos.

3. A GDA continuou a trabalhar, em prol dos Artistas da Gestão Colectiva, na clarificação de um regime fiscal que comporta uma crescente insegurança para o cidadão, em virtude das confusões e contradições decorrentes das constantes alterações que têm vindo a ser introduzidas pelas autoridades tributárias, tendo elaborado um Parecer sobre o art.58º do Estatuto dos benefícios Fiscais para inserção do Artista naquele benefício. Esta alteração foi Introduzida na Lei do Orçamento de Estado para 2013.

AOS COLABORADORES

A Direcção regista e agradece o desempenho de todos os colaboradores que ao longo de 2012 demonstraram um meritório comportamento profissional, exigência indispensável para que a GDA cumpra eficazmente os objetivos consagrados nos seus Estatutos, respondendo às legítimas expectativas dos seus cooperadores, cujo número de inscritos ativos, em 31 de Dezembro, era de 4327, distribuídos por 1262 atores, 106 bailarinos e 2959 músicos.

Março de 2013

A DIRECÇÃO

FUNDO SOCIAL E FUNDO CULTURAL

Preâmbulo

A Fundação GDA, tendo presente a sua missão e o cumprimento dos objectivos estatutários, durante o ano de 2012 continuou a apostar nos Apoios Sociais e Culturais, seguindo assim o projeto traçado nos anos transatos. Continuou a estudar melhores formas de Apoios, revendo algumas normas, no sentido de serem mais objectivas e abrangentes.

Desenvolveu outros projetos, nomeadamente o lançamento do 1º Prémio Morais e Castro com vista a premiar o melhor trabalho jurídico sobre os Direitos Conexos e assim homenagear o Advogado, Ator e ex-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da GDA e o lutador pelos Direitos dos Artistas, que foi José Armando Morais e Castro. Estabeleceu também contactos para a realização do 1º Encontro de Artistas da CPLP, que se prevê para a cidade de Maputo, Moçambique em julho de 2013, com os apoios do Governo Moçambicano, OMPI e CPLP e de entidades privadas.

A Fundação GDA participou ainda no Encontro das Fundações da CPLP, realizado na cidade do Mindelo, ilha de S. Vicente em Cabo Verde, tendo iniciado contactos para cooperação e parcerias com outras Fundações dos países de língua portuguesa. Assim, o Ano de 2012 foi caracterizado pela continuidade e por alguns novos projetos, embora com limitações, sobretudo devido ao aumento de pedidos, e à atual conjuntura socioeconómica do país.

O objetivo é prosseguir o trabalho a fim de conseguir um patamar de reconhecimento e consenso na comunidade artística e na sociedade civil.

Na Ação Social

Das atividades realizadas destacam-se, no âmbito da Ação Social, as três grandes áreas de atuação :

- Apoio Médico
- Apoio Jurídico
- Apoio Psicossocial

Apoio Médico – Foram patrocinadas **1352** consultas repartidas por Clínica Geral, Fisioterapia, Estomatologia, e Otorrinolaringologia (não incluídas neste número por falta de dados), suportadas na sua maioria por exames complementares de diagnóstico num total de **1491** Apoios Médicos.

Apoio Jurídico - Foram realizadas **107** consultas, para além do apoio e aconselhamento prestados por e-mail e telefone, continuando a dar-se acompanhamento aos processos jurídicos em curso, alguns provenientes de anos anteriores.

Apoio Psicossocial - Passaram pelo Apoio Social, entre atendimentos e visitas ao domicílio, um total de **2616** intervenções, que resultaram em **327** apoios diretos.

No decorrer deste ano foi ainda possível realizar outras ações, como o “Dia Mundial da Voz”, o “Dia contra a Pobreza” e a participação em vários seminários e colóquios.

Na Ação Cultural

Das atividades realizadas no âmbito da Ação Cultural destacamos:

- Apoios à Formação em Entidades Externas	19
- Apoios em Espetáculos, Residências e Tournées	31
- Apoios a intérpretes em Curtas Metragens	15
- Apoios Fonográficos	33
- Apoios a intérpretes em Cursos e Workshops	46
- Demos, Portfolios e “Showreels”	2
- 3 Bolsas/Prémios	3
- Ação de Divulgação dos Direitos Conexos em entidades de ensino artístico	
- Prémio Fundação GDA Jovens Músicos 2011	
- V Prémio Atores de Cinema Fundação GDA - 2011	
- Lançamento do Livro/DVD “Memória dos Artistas”	
- Iniciativas Extraordinárias	

No ano de 2012, deu-se especial destaque ao apoio à Produção, em detrimento da Formação, tendo em conta a atual situação económica e social do País. Representando cerca de 43% do orçamento aprovado para a Ação Cultural, o Programa de Apoio à Edição Fonográfica de Intérprete procurou, na sua modesta medida, contribuir para o combate à forte recessão vivida neste sector.

Foi finalmente possível dar início ao Programa de Curtas Metragens, importante para apoiar os intérpretes no cinema português, já proposto em anos anteriores. Apesar dos naturais constrangimentos iniciais, apostamos no seu crescimento ao longo das futuras edições.

Outros Programas com muita procura por parte dos cooperadores foram, como tem vindo a ser hábito, os apoios de Formação e em Espetáculos.

Os vencedores do Prémio de Cinema 2012 da Fundação GDA foram, pela primeira vez em *exe quo*, Fernando Luís e Nuno Lopes, para melhor Ator Principal e Rita Martins, como melhor Atriz Secundária.

No Prémio Jovens Músicos os vencedores de 2011 foram os Dryads Duo.

Finalmente foi lançado o livro/DVD ***Memória dos Artistas***, posto à venda na FNAC, com cerimónia de apresentação presidida pelo Dr. Laborinho Lúcio.

Pelas razões inicialmente apontadas, foi decidido que as novas Bolsas se destinariam apenas à Dança, em colaboração com as instituições relevantes de ensino artístico.

Na rubrica Iniciativas Extraordinárias assinou-se um protocolo com o CENA para permuta de pagamento de 5 meses de serviços jurídicos pelo Fundo Cultural, em troca de relatórios sobre o tipo e números de casos apresentados por artistas, e o Fundo Cultural apoiou ainda a Legião da Boa Vontade, instituição de apoio social do Porto, com valores para materiais de interesse cultural.

O Conselho de Administração

PRESTAÇÃO CONTAS DO EXERCÍCIO 2012

- Balanço Individual
- Demonstração Individual de Resultados Por Naturezas
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Anexo às Demonstrações Financeiras
- Relatório do Conselho Fiscal
- Certificação Legal de Contas

BALANÇO INDIVIDUAL em 31 de Dezembro de 2012

UNIDADE MONETARIA €

RUBRICAS	NOTAS (Anexo)	DATAS	
		31-12-2012	31-12-2011
<u>ACTIVO</u>			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos Fixos Tangíveis	5	446.504,37	438.005,19
		446.504,37	438.005,19
ACTIVO CORRENTE			
Clientes		1.423.493,42	693.632,15
Estado e Outros Entes Publicos	8	144.030,02	103.527,21
Outras Contas a Receber	9	12.955,79	7.003,60
Diferimentos	7	9.840,71	7.957,37
Outros Activos Financeiros	4	13.976.124,69	14.185.743,42
Caixa e Depositos Bancários	4	1.032.744,56	272.432,06
		16.599.189,19	15.270.295,81
TOTAL DO ACTIVO		17.045.693,56	15.708.301,00
<u>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</u>			
CAPITAL PROPRIO			
Capital Ordinário	10	90.714,99	77.339,99
Outros Instrum.de Capital Próprio-PS		410.797,16	410.797,16
		501.512,15	488.137,15
Resultado Liquido do Periodo		0,00	0,00
TOTAL DO CAPITAL PROPRIO		501.512,15	488.137,15
<u>PASSIVO</u>			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos Obtidos	6	108.110,07	108.213,46
		108.110,07	108.213,46
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores		78.613,67	118.495,20
Estado e Outros Entes Publicos	8	42.047,27	47.269,64
Financiamentos Obtidos	6	124.598,55	157.691,25
Outras Contas Pagar	9	16.190.811,85	14.788.494,30
TOTAL DO PASSIVO		16.544.181,41	15.220.163,85
TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E DO PASSIVO		17.045.693,56	15.708.301,00

O Tecnico Oficial de Contas



A Direcção

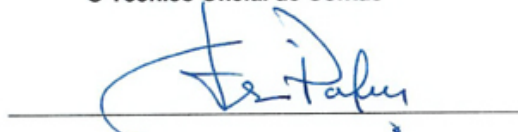


DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZAS
Período findo em 31 de Dezembro de 2012

UNIDADE MONETARIA €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS (Anexo)	PERIODOS	
		Ano 2012	Ano 2011
Vendas e Serviços Prestados	11	1.026.053,94	1.290.694,34
Fornecimentos e Serviços Externos	12	-572.194,18	-506.114,56
Gastos Com o Pessoal	15	-951.044,68	-926.895,60
Outros Rendimentos e Ganhos	16	28.956,46	22.517,68
Outros Gastos e Perdas	17	-60.699,21	-87.116,98
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		-528.927,67	-206.915,12
Gastos /Reversões de Depreciação e Amortização	5	-89.098,55	-81.205,93
Resultado Operacional Antes de Gastos de Financiamento e Impostos		-618.026,22	-288.121,05
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	18	646.643,72	325.345,63
Juros e Rendimentos Similares Suportados	18	-16.178,94	-26.265,61
Resultados Antes de Impostos		12.438,56	10.958,97
Imposto Sobre o rendimento do Período		12.438,56	10.958,97
Resultado Liquido do Período		0,00	0,00

O Tecnico Oficial de Contas



A Direcção




DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Unidade monetária:

	NOTAS	DATA 2012	DATA 2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		3.723.095,51	4.883.776,98
Pagamentos a fornecedores		-1.409.535,18	-2.158.188,72
Pagamentos ao pessoal		-569.511,33	-561.370,46
Pagamento de Direitos / Cooperadores		-1.121.741,52	-1.198.790,36
Caixa gerada pelas operações		622.307,48	965.427,44
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-429.467,31	-472.313,02
Outros recebimentos/pagamentos		-144.953,33	-100.324,19
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		47.886,84	392.790,23
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-6.569,15	-20.456,37
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			-1.193.694,67
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		28.956,46	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		135.272,24	
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		646.643,72	469.438,71
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		804.303,27	-744.712,33
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		13.375,00	5.775,00
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-43.070,69	-84.951,19
Juros e gastos similares		-16.178,94	-26.265,61
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-46.002,98	-290,34
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-91.877,61	-105.732,14
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		760.312,50	-457.654,24
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		272.432,06	730.086,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.032.744,56	272.432,06

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção



PRESTAÇÃO CONTAS
DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DE
FLUXOS DE CAIXA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Handwritten signature and initials

1. INTRODUÇÃO

A GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL, com sede na Rua Joaquim Agostinho nº14-B em Lisboa, NIPC 503 594 504, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o N.º. 6151, foi constituída no ano de 1996 e tem como objecto social a Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA

As Demonstrações Financeiras do exercício de 2012 foram preparadas no quadro das disposições em vigor, vertidas no Decreto-Lei 158/2009 que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística- SNC e de acordo com a estrutura conceptual, Nomas Contabilísticas e de Relato Financeiros - NCRF aplicáveis, normas interpretativas e Portaria 1011/2009 que aprovou o Código de Contas.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das Demonstrações Financeiras são as seguintes:

3.1 As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivos documentos de suporte, mantidos de acordo com as NCRF em vigor á data da sua elaboração.

3.2 Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009, estão registados ao custo de aquisição. As respectivas reintegrações foram calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pelo Decreto regulamentar, Nrº 2/90 de 12 de Janeiro. Os activos fixos tangíveis adquiridos a partir de 1 de Janeiro de 2010 estão registados ao custo de aquisição. As respectivas depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pelo Decreto regulamentar N.º. 25/2009 de 14 de Setembro, tendo sido adoptado o disposto no artigo 19º do referido Decreto Regulamentar relativamente aos bens de reduzido valor (unitário = € 1000) amortizados no período de aquisição na sua totalidade.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil:

Designação	Anos
Edifícios e Outras Construções	8 - 50
Equipamento Básico	5 - 10
Equipamento Transporte	4
Equipamento Administrativo	1 - 10

3.3 ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados, são registadas nas rubricas das contas de Outros Devedores e Credores e contas de Diferimentos.

4. FLUXOS DE CAIXA

	Ano 2012	Ano 2011
Numerário	11.973,05	9.874,88
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	1.020.771,51	262.557,18
Sub-Total	1.032.744,56	272.432,06
Depósitos a Prazo	11.423.607,85	11.679.494,63
Aplicações de Tesouraria	2.552.516,84	2.506.248,79
Sub-Total	13.976.124,69	14.185.743,42
	15.008.869,25	14.730.607,54

5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

ACTIVOS	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações e abates	Transferencias	Saldo Final
Imob.Corporeas					
Terrenos	87.500,00	0,00	0,00	0,00	87.500,00
Edifícios	412.362,67	0,00	0,00	0,00	412.362,67
Equipamento Básico	2.948,34	0,00	0,00	0,00	2.948,34
Equip. Transporte	91.652,37	104.430,91	68.584,48	0,00	127.498,80
Ferramentas e Utensílios	1.658,91	0,00	0,00	0,00	1.658,91
Equip.Administrativo	283.861,84	6.569,15	1.753,84	0,00	288.677,15
Outras Imobilizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	879.984,13	111.000,06	70.338,32	0,00	920.645,87

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo Inicial	Reforço do Exercício	Regularizações	Saldo Final
Edifícios	140.739,90	21.208,76	0,00	161.948,66
Equipamento Basico	1.493,36	0,00	0,00	1.493,36
Equip. Transporte	67.154,55	31.874,70	55.620,61	43.408,64
Ferramentas e Utensílios	1.658,90	0,00	0,00	1.658,90
Equip.Administrativo	230.932,23	36.015,09	1.315,38	265.631,94
Total	441.978,94	89.098,55	56.935,99	474.141,50

6. LOCAÇÕES

Bens em regime de Locação Financeira em 31-12-2012

	Valor de Compra	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido Contabilístico
Terrenos	87.500,00	0,00	87.500,00
Edifícios	288.919,69	46.227,13	242.692,56
Equipamento Transporte	104.430,91	26.107,73	78.323,18
	480.850,60	72.334,86	408.515,74

Os valores dos pagamentos das Locações Financeiras a efectuar são detalhados conforme se indica:

	Pagamentos	
	Capital	Juros
Pagamentos até 1 Ano	41.262,35	3.743,53
Pagamentos a mais de 1 Ano	108.110,07	9.729,91
	149.372,42	13.473,44

7. DIFERIMENTOS

As rubricas do Activo e Passivo corrente na conta Diferimentos apresentavam os seguintes valores:

	Ano 2012	Ano 2011
Diferimentos Activos		
Rendas de Edifícios	977,88	947,65
Seguros	7.019,82	5.129,39
Outros Custos	1.843,01	1.880,33
	9.840,71	7.957,37

8. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

As rubricas Estado e Outros Entes Públicos apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2012		Ano 2011	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
IRC- Imposto S/Rendimento Pessoas Colectivas				
A Reembolsar/Receber	141.543,92		101.041,11	
IRS- Imposto S/Rendimento Pessoas Singulares	2.486,10	19.557,03	2.486,10	21.031,93
IVA- Imposto S/Valor Acrescentado		5.518,11		9.658,22
Contribuições P/Segurança Social		16.972,13		16.579,49
	144.030,02	42.047,27	103.527,21	47.269,64

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER / PAGAR

	Ano 2012		Ano 2011	
	ACTIVO	PASSIVO	ACTIVO	PASSIVO
Remunerações a Liquidar		125.259,87		125.266,54
Fundo Legal-Reserva Contencioso		666.372,38		715.926,66
Fundo Reserva - F. Social		182.586,69		182.634,54
Fundo Reserva - F. Cultural		15.452,96		15.980,69
Fundo Cultural - AGE COP		162.822,32		206.565,45
Reserva P/Reclamação a)		519.962,82		456.296,15
Direitos a Distribuir		13.519.789,29		12.312.010,32
Outros Valores	12.955,79	998.565,52	7.003,60	773.813,95
	12.955,79	16.190.811,85	7.003,60	14.788.494,30

a) Por decisão da Direcção da GDA, e face à impossibilidade de cobrança, foi anulado o montante de € 74.836,73, respeitante a Direitos facturados em anos anteriores, tendo sido utilizada a Conta de Reserva para Reclamações para regularização deste movimento.

10. CAPITAL SOCIAL – AUMENTOS

O capital social registou um aumento de € 13.375,00, integralmente realizado, por entrada de 535 novos Cooperadores.

11. REPARTIÇÃO DO VALOR DA FACTURAÇÃO DE DIREITOS EMITIDA NO EXERCÍCIO

Facturação Total	TAXA ADMINIST. 23,00%	FUNDAÇÃO GDA	FUNDO LEGAL	VALORES A DISTRIBUIR	
				Fng	AV
4.461.152,59	1.026.053,94	446.115,26	223.057,63	1.754.205,41	1.011.720,35

12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Detalhe das principais rubricas a Conta Fornecimentos e Serviços Externos:

	Ano 2012	Ano 2011
Trabalhos especializados -honorários	285.201,73	225.118,32
Publicidade e propaganda	354,24	2.025,79
Honorários - rv	98.538,18	86.051,00
Conservação e reparação	6.205,59	10.071,34
Outros fornec. Serviços	4.660,34	4.807,79
Ferramentas e utensílios de de	3.393,66	4.963,54
Material de escritório	22.898,22	17.155,05
Artigos para oferta	192,00	4.217,01
Electricidade	8.468,45	7.668,49
Combustíveis	3.269,44	3.266,16
Deslocações e estadas	54.052,41	39.339,46
Rendas e alugueres	21.964,29	24.770,60
Comunicação	37.505,87	34.707,89
Seguros	4.067,47	4.043,10
Despesas de representação	15.022,97	32.699,75
Limpeza, higiene e conforto	6.399,32	5.209,27
SOMA	572.194,18	506.114,56

13. VOLUME DE EMPREGO

Durante o exercício de 2012, a GDA teve ao seu serviço, em média 31 Colaboradores.

14. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

	Membros da Direcção	
	Ano 2012	Ano 2011
Remunerações	167.211,22	177.086,00

15. GASTOS COM PESSOAL

Detalhe da rubrica Gastos com Pessoal:	Ano 2012	Ano 2011
Remunerações	726.086,35	724.231,61
Encargos Sobre Remunerações	156.149,63	150.383,61
Outros Gastos C/Pessoal	68.808,70	52.280,38
	951.044,68	926.895,60

16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	<u>Ano 2012</u>	<u>Ano 2011</u>
Prestação Serviços - Representação		22.337,00
Outros Ganhos	28.956,46	180,68
	<u>28.956,46</u>	<u>22.517,68</u>

17. OUTROS GASTOS E PERDAS

	<u>Ano 2012</u>	<u>Ano 2011</u>
Impostos	39.190,44	38.729,66
Donativos	6.200,00	15.330,00
Quotizações	14.519,09	22.043,02
Outros Gastos	789,68	11.014,30
	<u>60.699,21</u>	<u>87.116,98</u>

18. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Gastos e Perdas Financeiras:

	<u>Ano 2012</u>	<u>Ano 2011</u>
Juros Suportados	7.460,06	7.213,66
Despesas C/Serviços Bancários	8.718,88	6.965,10
Perdas em aplicações financeiras	0,00	12.086,85
	<u>16.178,94</u>	<u>26.265,61</u>

Juros e Outros Rendimentos Financeiros :

	<u>Ano 2012</u>	<u>Ano 2011</u>
Juros Obtidos - Depósitos	<u>646.643,72</u>	<u>325.345,63</u>

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção



PRESTAÇÃO CONTAS
DO EXERCÍCIO

ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

28
11

Relatório do Conselho Fiscal

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e treze, reuniu o Conselho Fiscal da GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL, na sua sede Social, sita na Rua Joaquim Agostinho, número catorze, Letra B, em Lisboa, estando presentes os seus atuais membros.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Actividades, o Balanço e a Demonstração de Resultados relativos ao ano de 2012, tendo decidido emitir o seguinte relatório e parecer:

Ponto um – Nos termos da lei e dos estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados e o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados apresentada pela Direção da GDA, Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Ponto dois – O Conselho Fiscal acompanhou ao longo do exercício a gestão da cooperativa e procedeu no final do exercício à apreciação do Relatório das contas apresentadas, tendo obtido da Direção todos os esclarecimentos solicitados.

Ponto três – Nos termos legais, o Revisor Oficial de Contas, que integra o Conselho Fiscal, procedeu aos exames que achou convenientes, tendo emitido a Certificação Legal de Contas, com cujo conteúdo manifestamos a nossa concordância. O Conselho analisou ainda o relatório de fiscalização, que deverá ser considerado parte integrante do presente relatório.

Ponto quatro- O Conselho Fiscal congratulou-se com a decisão do Tribunal da Relação relativamente ao processo da PTC-MEO, que permitiu o recebimento dos

direitos de 2011 e de parte de 2012, valores que possibilitaram a redução da taxa de administração da GDA. É também positivo o aumento substancial nos juros recebidos, mercê de uma correta aplicação das disponibilidades financeiras, que aguardam distribuição.

Ponto cinco- Na sequência da questão relativa à recolha de informação da música difundida nos bares e discotecas, já referida no Relatório do ano anterior, o Conselho Fiscal foi informado que a GDA solicitou aquela informação à Audiogest e que aguarda o seu envio.

Ponto seis – Após o encerramento das contas, procedemos à apreciação do Relatório de Atividades, elaborado pela Direção, que traduz de modo adequado a atividade, a evolução e a situação da nossa Cooperativa.

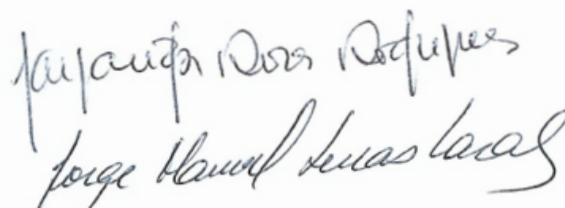
Parecer

Assim e como resultado das informações recebidas, tendo em consideração os documentos elaborados pelo referido Revisor de Contas, somos de parecer que:

Primeiro – Sejam aprovados o Balanço e Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como o Relatório da Direção.

Segundo - Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados

Lisboa, 18 de Março de 2013



JORGE MANUEL LUCAS CASAL

REVISOR OFICIAL DE CONTAS
(INSCRITO NA LISTA SOB O Nº 765)

Escritório:

R. Josefa Óbidos, 2 – 7.º FreEsq
Colina do Sol
2650-210 Amadora



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução.

1. Examinei as demonstrações financeiras da **G.D.A. - Cooperativa Gestão dos Direitos dos Artistas, CRL**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidenciam um total de balanço de 17.045.693 euros e um total de capital próprio de 501.512 euros, incluindo um resultado líquido de 0.00 euros), a demonstração de resultados por natureza e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades.

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito.

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

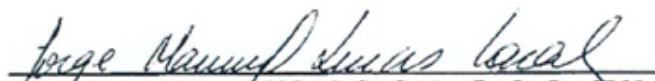
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

Opinião.

7. Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de G.D.A. – Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, CRL, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Amadora, 18 de Março de 2013


JORGE MANUEL LUCAS CASAL - R. O. C. nº765

JORGE MANUEL LUCAS CASAL

REVISOR OFICIAL DE CONTAS
(INSCRITO NA LISTA SOB O Nº 765)

Escritório:

R. Josefa de Óbidos nº 2 – 7º Frt. Esq.
Colina do Sol – 2650-210 Amadora



RELATÓRIO
SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA

Ao Conselho Directivo
da G.D.A. – Cooperativa Gestão dos Direitos dos Artistas, C.R.L.

Exmos Senhores,

1. O presente relatório é emitido nos termos do artigo 52 ° nº1 alínea a) do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.
2. Procedi à revisão legal da cooperativa G.D.A. – Cooperativa Gestão dos Direitos dos Artistas, C.R.L. e ao exame das suas contas relativas a 31 de Dezembro de 2012, de acordo com as Normas Técnicas aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado emiti a respectiva Certificação Legal das Contas com data de 18 de Março de 2013, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.
3. De entre outros, executei os seguintes procedimentos:
 - (1) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Cooperativa e que se encontram divulgados no Anexo.
 - (2) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o balanço, a Demonstração de Resultados Líquidos e o respectivo Anexo com as normas constantes do Sistema de Normalização Contabilística.
 - (3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.

- (4) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
- a) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Cooperativa.
 - b) Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Empresa;
 - c) Solicitação directa a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;
 - d) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
 - e) Análise dos acontecimentos subsequentes à data de referência do exercício.

Amadora, 18 de Março de 2013


JORGE MANUEL LUCAS CASAL - R.O.C. 765

